

O FIM DO MUNDO COMO O CONHECEMOS: OS XIKRIN DO BACAJÁ E A BARRAGEM DE BELO MONTE

Clarice Cohn¹

Agosto de 2012. Quando finalmente busco dar uma versão final deste texto, que ganha tantas revisões quanto são as mudanças nos acontecimentos, os Xikrin recém desocuparam o canteiro de obras do Sítio Pimental, onde permaneceram com outras seis etnias da região por quase um mês. A ocupação e depois a desocupação perfazem um momento crítico de um drama mais longo que parece conter em si todas as ambiguidades, ansiedades, preocupações que vêm assolando essa população indígena nos últimos anos. Neste texto, apresento algumas das contradições vivenciadas por eles, que fazem deste um dos acontecimentos mais dramáticos que experimentaram nas últimas décadas e que os obriga a decisões tão plenas de consequências quanto foi o momento, há apenas algumas décadas, em que tiveram de decidir se aceitavam ou não o contato, se ficariam no mato ou sairiam dele para viver em companhia dos brancos.²

1 “Professora da UFSCar, foi membro dos Estudos de Impacto Ambiental Componente Indígena dos Xikrin da Terra Indígena Trincadeira-Bacajá e fez a Coordenação Antropológica dos Estudos Complementares do Rio Bacajá.

2 Registre-se aqui que todas essas impressões vêm de alguém intimamente ligada a esses acontecimentos. Realizando pesquisas desde 1992 com os Xikrin, desde 2009 venho acompanhando este processo, reunindo-me com eles em Altamira, visitando suas aldeias e atuando como membro de equipes ou consultora antropológica no Estudo de Impacto Ambiental Componente Indígena, nos Estudos Complementares do Rio Bacajá e na confecção do Plano Básico Ambiental, e em outra ocasião

1. BREVE HISTÓRICO

Os Xikrin do Bacajá são atualmente 1.288 pessoas, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que vivem em 8 aldeias construídas às margens do rio Bacajá, na Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá. São um dos dois grupos Kayapó, ou Mebengokré, como se referem a si mesmos, que vivem mais ao norte, falantes de uma língua jê, convivem há décadas com outras nove etnias na região, de línguas Tupi e Karib, e com os citadinos. Esses povos, historicamente inimigos entre si, têm, nas últimas décadas, interagido cada vez mais e se relacionado, em alianças e mobilizações políticas, em situações diversas na cidade de Altamira, tais como a convivência da Casa do Índio quando permanecem uma temporada na cidade ou em cursos de formação de Agentes Indígenas de Saúde ou no Magistério Indígena.

O envolvimento dos Xikrin do Bacajá – como a eles vou me referir para diferenciá-los de seus parentes do Cateté – com os projetos de aproveitamento hidrológico na região teve início antes que eu os conhecesse. De fato, muito antes: os velhos têm dito que desde o contato ouvem que vão mexer no rio, e que sempre estiveram preocupados com essa ameaça. Mas foi em 1989, no grande evento contra a barragem de Kararaô em Altamira, que eles primeiro participaram de uma mobilização pública contra essa

acompanhando o Ministério Público Federal em visita a duas aldeias. Quero agradecer a Isabelle Giannini, que tem me ajudado a compreender um pouco mais esse contexto e nossa atuação nele – e que obviamente não pode ser responsabilizada pela minha atuação e suas consequências –, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que permitiu minha visita às atuais oito aldeias da Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá com a pesquisadora Camila Beltrame para levantamento da situação das escolas e para entrevistas com os professores indígenas em formação pelo Observatório da Educação Escolar Indígena que coordeno na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o que me permitiu esta visão geral que é cenário do texto.

ameaça que os acompanha desde sempre. Desse evento guardam muitas lembranças, referindo-se sempre à grande dança que o finalizou e marcou a paralisação da barragem à época.³ Em 2008, alguns Xikrin que estavam na cidade de Altamira acompanharam o evento promovido para debater Belo Monte, no mesmo local de 1989. Nesse segundo evento, o que lhes ficou marcado, porém, foi sua participação periférica, não tendo sido oficialmente convidados, não tendo recebido o apoio de transporte e acomodação durante os dias do evento e não tendo sido convidados a participar como oradores. Ficou-lhes marcado principalmente seu desfecho, em que um engenheiro, o qual respondia pela Eletronorte, foi ferido por um golpe de facção, e suas consequências, já que com isso acabaram sendo figurantes em um evento em sua própria terra, tendo que legar a índios de fora o primeiro plano na discussão e na mídia e ainda sendo localmente culpados por um ato que não cometeram.

Essa participação marginal ganhou uma guinada exatamente por esta época, quando passaram a fazer parte das populações diretamente impactadas pelo empreendimento que então se licenciava. Aos Xikrin, a notícia e a percepção de que esta história e sua participação nela estavam mudando veio em 2009, quando a equipe dos Estudos de Impacto Ambientais (EIA) Componente Indígena, eu e Isabelle Vidal Giannini, coordenadora deste Estudo,⁴

3 Ver Turner (1991) para uma análise desta dança.

4 A equipe do Estudo era composta de: Isabelle Vidal Giannini (Bióloga e Antropóloga, Coordenadora), Clarice Cohn (Antropóloga – Meio Socioeconômico), Roberto Giannini (Oceanógrafo – Meio Biótico), Osvaldo Henrique Nogueira Junior (Geógrafo – Meio Físico), Márcia Viotto Darci Gonçalves (Engenheira Cartógrafa – Meio Físico), Celso Murano Del Picchia (Economista – Meio Socioeconômico), Mayra Vidal Giannini (Bióloga – Meio Biótico). Reitere-se que naquele momento, de acordo com Termo de Referência da Funai, o estudo foi feito com dados secundários, contando apenas com a visita de dez dias pelas cinco aldeias existentes no momento na TI, em janeiro-fevereiro de 2009.

viajamos por todas as aldeias da TI Trincheira-Bacajá, à época quatro, para ouvir e registrar suas impressões sobre a barragem e seus impactos ambientais, levando-lhes os mapas, as figuras e as notícias detalhadas sobre o novo projeto de construção da UHE Belo Monte. Foi aí que perceberam as consequências da mudança no projeto de engenharia, que não mais inundaria as terras a montante da barragem – o enorme impacto com a inundação de muitas Terras Indígenas à beira do rio Xingu, que gerou a mobilização internacional e a inviabilidade política da obra por décadas – e que se voltava à tecnologia do fio d'água, pela qual o reservatório a montante é muito menor, o que é compensado pela abertura dos canais de derivação que levam a água às turbinas localizadas na cidade de Belo Monte, e, para isso, há a redução da vazão a montante da barragem, na Volta Grande do Xingu, para onde flui o rio Bacajá. Trocando em miúdos, a inundação das Terras Indígenas do rio Xingu é evitada tendo como preço a abertura de novos canais de derivação do rio Xingu, efetivados por uma barragem que condena a Volta Grande do Xingu a uma quase seca, perene, em centenas de quilômetros, inclusive na região em que deságua o rio Bacajá.

Desse modo, e repentinamente, entram em cena os Xikrin do Bacajá, os Arara da Volta Grande do Xingu e os Juruna do Paquiçamba e do km 17 como os maiores impactados pela construção de Belo Monte dentre as populações indígenas da região.⁵ Grande mudança para eles, que têm que se ver com esta nova e dramática realidade, e para todos os que lidavam com este empreendimento, os empreendedores, o Estado, os parceiros destes povos, e todos os movimentos contrários à barragem, que

5 No caso dos Xikrin e da Terra Indígena Trincheira-Bacajá (TITB), esta definição leva mais tempo, já que eles eram ainda considerados indiretamente impactados na confecção dos EIA em 2009.

tiveram que se voltar – e o fizeram com sucesso desigual – a outra região e lidar com a realidade de outros povos indígenas que não os que estavam em cena e evidência nas últimas décadas.

Os Xikrin então tiveram a percepção do quanto seriam impactados pela barragem. Desde 2009, vêm insistindo que a vazão reduzida do rio Xingu irá afetar grandemente o rio Bacajá, prevendo sua seca e a morte dos peixes e da caça em pouco tempo. Assim, esses últimos anos têm sido marcados por um constante e intenso esforço de compreensão da nova realidade e dos atores e processos nela envolvidos. Para começar, devem se familiarizar, em pouco tempo, com todos os aspectos que se referem à definição dos impactos e de sua compensação e mitigação, dos modos de defini-los, e dos atores, das instâncias e das especialidades que o definem. Ou seja, têm que lidar com toda uma série de conhecimentos, técnicas, especialistas e pessoas diversas, com quem devem aprender a se relacionar e, a cada caso, dialogar, debater, confrontar. Têm também que lidar com os diversos atores e instâncias envolvidas no processo de licenciamento – o empreendedor (que desde 2009 mudou, tendo sido primeiro a Eletronorte, que por anos manteve um escritório no cais de Altamira, e depois o consórcio que ganhou o leilão em 2010), outras instâncias da Fundação Nacional do Índio (Funai) que não a local, a Funai local (que ao longo desse processo também passou pelo processo de reestruturação a partir do Decreto nº 7.056, assinado em dezembro de 2010), o Ministério Público Federal, de Altamira e de Belém (este último é que cuida do caso Belo Monte), escritórios de consultoria, consultores, etc., assim como os diversos atores e organizações, movimentos sociais e organizações não governamentais nacionais e internacionais, que se posicionam contrários ao empreendimento e buscam sua aliança. Assim, precisam, de uma hora para outra, compor um cenário complexo em que várias instâncias sejam posicionadas em

interesses convergentes ou conflitantes, de modo a entenderem quem é responsável por o quê, quem é aliado de quem, e, portanto, a quem devem se remeter em cada caso, com quem se relacionar e aliar e a quem, ou a o quê, se contrapor. Desafios gigantescos, que envolvem revisões do conhecimento que têm até então do mundo, e de sua posição neste mundo.

Essa história recente é marcada por várias situações dramáticas. Uma delas ocorre em 2010, quando o empreendimento é leilado. Os Xikrin são pegos de surpresa. Contaram-me que haviam entendido que nada mais iria ocorrer, tendo sido assegurados disso por um ilustre visitante, o cineasta James Cameron. Quando ocorre o leilão, encontro-me com eles em Altamira, a seu chamado e pedido, para ajudá-los a entender este processo. Leio com eles, durante dias, na Casa do Índio, os documentos emitidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Funai no processo de licenciamento, e conversamos sobre compensação e mitigação e o que seriam os Planos Básicos Ambientais em seu componente indígena e sua importância tendo em vista a implantação do empreendimento.

Em 2011 aconteceram os Estudos Complementares do Rio Bacajá (ECRB), uma das condicionantes definidas pelo Parecer nº 21 emitido pela Funai. Até então, o rio Bacajá não havia sido estudado em toda sua extensão, e os impactos na Terra Indígena Trincheira-Bacajá (TITB) e para os Xikrin haviam sido analisados apenas por dados secundários no EIA de 2009 e por uma rápida viagem para o registro das suas percepções.⁶ Os Estudos ficaram a cargo da Leme Engenharia, representante brasileira da Tractebel Engineering (GDF

⁶ Uma das conclusões do documento era exatamente a necessidade de estudos que acompanhassem o ciclo hidrológico completo e que utilizassem dados primários especialmente coletados para este fim, demanda também dos Xikrin.

SUEZ), que havia realizado os Estudos de Impacto Ambiental no rio Xingu, mas não os de componente indígena, já que, por alguma razão, houve o entendimento de que estes estudos complementares seriam parte dos estudos de impacto chamados “geral”, que já estavam, em etapas anteriores, a cargo deste escritório. Assim, a Tractebel Engineering (GDF SUEZ), representada no Brasil pela Leme, uma empresa de engenharia consultiva sem experiência com estudos em Terras Indígenas ou com povos indígenas e sem pessoal especializado, se vê com esta incumbência. Levado a cabo por estas equipes com o acompanhamento de antropólogos, a quem coordenei, entre novembro de 2011 e abril de 2012,⁷ os Estudos foram conduzidos para análise da ictiofauna, da qualidade da água, da navegação e acessibilidade, da hidrologia, do consumo alimentar, e para estudos etnoecológicos em cinco aldeias da TITB, fechando com uma apresentação nestas aldeias de seus resultados, em abril de 2012.

O ano de 2011 foi também marcado pelas visitas das equipes do Plano Básico Ambiental (PBA) nas aldeias Xikrin do Bacajá, em que equipes formadas por um membro coordenador do PBA – neste caso, novamente Isabelle Vidal Giannini, que tem grande experiência de atuação junto aos Xikrin – e representantes da Funai e do empreendedor apresentaram a proposta do PBA nas

⁷ Os antropólogos que acompanharam as equipes e que tinham por incumbência garantir que os estudos fossem realizados de modo respeitoso às etiquetas e aos conhecimentos e saberes dos Xikrin e garantir a eficácia na comunicação dos procedimentos e resultados dos estudos foram Thaís Mantovanelli, Fernando Fedola Vianna e Ana Blaser. Sua participação aconteceu principalmente nas 1ª e 2ª campanhas, na cheia e vazante; a partir da seca, alegando dificuldades logísticas e a menor necessidade de intermediar a comunicação e a relação com os Xikrin, a determinação da Funai, que acatava uma solicitação da Norte Energia, foi de que a participação dos antropólogos seria substituída pelo acompanhamento de servidores da Funai de Altamira.

aldeias. Em outubro, duas aldeias receberam também a visita do Procurador da República Felício Pontes. Foi um ano muito cheio, com visitas constantes das equipes do ECRB, das equipes do PBA, e de demais atores, o que não contribuiu para que eles pudessem diferenciar as pessoas e os papéis e compor seu cenário.

Neste meio tempo, o PBA Componente Indígena, a esta altura já conhecido como Programa Médio Xingu, cujo recebimento pela Funai embasou a autorização por este órgão da construção do empreendimento, não foi, no entanto, até recentemente, em 02 de agosto de 2012 (ofício 238-2012-PRES-Funai), aprovado para que pudesse ser implementado. Assim, colocou-se em prática o Plano Emergencial, pelo qual cada aldeia recebe R\$ 30 mil mensais, gastos a partir de uma lista de compras preparada pelas lideranças, de início com a mediação da Funai local, e adquiridas pela Norte Energia S.A. Ao mesmo tempo, em reuniões, a Funai lhes afirmava que o PBA era composto de projetos e que havia sido decidido que não haveria mais a prática de indenização financeira para populações indígenas, prática que eles conheciam bem com a experiência de seus parentes Xikrin do Cateté, com um grande fluxo de dinheiro por indenização pelas atividades da Companhia Vale do Rio Doce, o que esperavam pudesse acontecer com eles também.⁸ De fato, as equipes da Funai local foram incumbidas de realizar reuniões nas aldeias para modificar a prática das listas de compras pela execução de projetos com o valor estipulado para cada aldeia, registrando seus projetos, que iam de construção de casas e casas de reuniões a atividades produtivas, como plantação de cacau. Porém, essa transição nunca pôde ser completada, e em dada medida a prática das listas persistiu. Com isso, a confusão no cenário se acirrou brutalmente – qual o papel da Funai e do empreendedor nas compensações e mitigações? O que são compensações e mitigações? De fato, o que

⁸ Para o caso dos Xikrin do Cateté, veja Gordon (2006).

é “impacto”? Se eles recebem R\$ 30 mil por aldeia por mês, por que os representantes da Funai que vêm de Brasília insistem que eles não receberão dinheiro como indenização dos impactos? E, por último, o que seria um projeto?⁹

Em 2012, os Xikrin veem-se diante do início da construção, da apresentação dos Estudos, que não lhes deixam satisfeitos – especialmente pela sua conclusão, conflitante com suas próprias previsões, de que o rio Bacajá não terá impactos pela vazão reduzida do Xingu, a não ser pela mudança no efeito de remanso em alguns quilômetros na sua foz, fora da TITB –, e da demora na implantação do PBA. Em julho de 2012, decidem pela ocupação de um dos canteiros de obras, no Sítio Pimental, onde se construía a ensecadeira para a construção da barragem no Xingu. Permanecendo lá por 21 dias com outras 6 etnias da região, tiveram 2 etapas de reuniões com o empreendedor, todas na cidade de Altamira, porque este se recusou a negociar no canteiro tomado, alegando razões de segurança. Na primeira, em uma única sessão, estavam presentes representantes de todas as etnias; na segunda, o empreendedor se reuniu com cada etnia em separado, desmobilizando assim a inédita reunião interétnica da resistência indígena contra Belo Monte que se dava no canteiro. Os indígenas lá mobilizados exigiam seus direitos e a implantação imediata dos programas de compensação e mitigação, assim como o necessário preparo da região para mitigar os impactos ambientais e para dar conta das mudanças socioeconômicas que já eram sentidas. De início, sustentavam que não aceitariam apenas a palavra, nem mesmo se em forma de documento, porque de documentos já haviam visto demais, sem efeito. Por

9 Dúvida, aliás, para a qual eu contribuí, coordenando uma equipe de pesquisa pelo Projeto aprovado no Edital Observatório da Educação Escolar Indígena, o qual, desde que foi apresentado aos Xikrin para o pedido de autorização, foi chamado de “projeto”.

fim, aceitaram dar o voto de confiança pedido pelo empreendedor desde a primeira reunião de julho e saíram da ensecadeira, permitindo a continuidade das obras.

É neste momento que nos encontramos agora. Para tentar entender o porquê destes passos e as razões dos Xikrin, vou apontar alguns aspectos que podem nos ajudar a compreender como eles têm construído o cenário de que falávamos acima, a partir do qual têm tomado suas decisões.

2. OS IMPACTOS PREVISTOS, POR ELES E PELOS ESPECIALISTAS

Desde 2009, quando pela primeira vez ouvi e registrei os impactos previstos pelos Xikrin do Bacajá durante as visitas às aldeias para a realização do EIA, eles estão seguros de que a redução da vazão do rio Xingu seria acompanhada da redução também da vazão do rio Bacajá. Dizem que as águas correrão mais rápidas, resultando na seca ao longo do leito do rio e no empoçamento da água nos trechos mais encachoeirados, onde ela irá esquentar e deixar de ser potável. Assim, os peixes vão morrer, e a caça, que não terá água para beber, emagrecer e definhar. Os mais velhos remetem sempre a um momento histórico em que isso aconteceu, e lembram-se dos peixes mortos, assim como dos tracajás que, mortos, se amontoavam. Dizem que atravessavam andando por grandes extensões do rio. Os mais velhos, exasperados com o futuro que antevêm, dizem que seus netos sobreviverão de ratos e sapos, únicas caças que lhes restarão. Os mais novos, partilhando sua visão e planejando o futuro, pedem roças de cacau, criação de gado e tanques de piscicultura, o único modo que prevêm de ter carne, peixe e recursos para comprar alimentos na floresta que morrerá com o rio seco.

Com a seca de seu rio, eles também terão cortada uma via de acesso a Altamira que conquistaram recentemente, com o fim

das guerras e seu gradativo domínio dos rios. Povo de igarapés e do mato, os Xikrin foram aldeados às margens do rio Xingu e se dedicaram, ao longo destas décadas, a aprender as técnicas de navegação em rios e a pesca no leito do rio (já que antes se dedicavam exclusivamente à pesca de timbó nos igarapés). Cada vez mais essa pesca (que não depende tanto de estações) e a navegação são importantes em seu cotidiano, e hoje o rio Bacajá dá acesso a roças, rotas de caça e coleta, e é também o meio pelo qual visitam as demais aldeias e Altamira, onde vão quando estão doentes ou para receber dinheiro – de aposentadoria, salário ou salário-maternidade – e de onde chegam as equipes de saúde e educação e o material necessário para seu trabalho nas aldeias.

Em breves palavras, os Xikrin do Bacajá estão prevendo um futuro em que eles não terão mais pesca ou caça disponíveis em suas terras, em que o rio irá secar, e em que eles ficarão ilhados, sem poder ir a Altamira usufruir de seus serviços e recursos ou receber de lá serviços e recursos.

Os Xikrin têm também manifestado sua preocupação com o aumento de doenças e com o maior afluxo de pessoas em suas terras, aldeias e na região. O aumento de zoonoses já conhecem de outras experiências semelhantes, como a de Tucuruí. Do aumento de pessoas na região, temem principalmente a invasão da sua área, em especial por meio das margens do rio Bacajá que ficam fora da TI em seu limite mais ao norte.

Os estudos, desde o EIA e reforçado pelo ECRB, apontam para o risco relativo ao aumento demográfico, às zoonoses, mas não confirmam a hipótese de redução da vazão do rio Bacajá. Por estes estudos hidrográficos, apenas 28 quilômetros na foz do rio terão mudanças no efeito de remanso. Assim, os Xikrin e os especialistas estão em contradição, mas são as conclusões destes que são levadas em consideração para o processo de licenciamento e implantação da obra, e para definição de medidas

de mitigação e compensação. É por isso que os Xikrin não estão satisfeitos com os resultados dos Estudos – não só por negarem suas convicções, embasadas em suas experiências no rio, como por não lhes terem sido apresentados de modo que pudessem ser compreensíveis, ou que lhes permitissem acreditar neles – e por isso eles demandaram a instalação de réguas em cada aldeia, para que possam registrar, e demonstrar, a seca que preveem. É por isso, por fim, que demandam a construção de estradas, para que possam manter o fluxo de pessoas e o transporte a Altamira. Sua insatisfação com os resultados dos estudos foi explicitada em manifesto que produziram e circularam em agosto de 2012, logo após a desocupação do canteiro de obras. E é frequentemente lembrada quando reclamam que os especialistas, que vêm do sul e só conhecem os rios do papel, não lhes ouvem, a eles que moram lá e conhecem o rio desde sempre.

3. SER CONTRA, SER A FAVOR, E OS DIREITOS

Como decidir ser contra ou a favor e lutar pelos direitos? Caso se decidam a ser contra, como combater Belo Monte? Caso se decidam a lutar pelos direitos, como fazer e como garanti-los?

Essas dúvidas têm acompanhado dos Xikrin do Bacajá desde que as notícias sobre a nova versão de Belo Monte começaram a circular pelas aldeias. Como disse, Belo Monte, em sua versão anterior, embora previsse o barramento na mesma região, previa apenas a inundação a montante da barragem, e as mudanças na vida dos Xikrin seriam sentidas mais diretamente apenas quando em trânsito a Altamira. Embora desde o contato esta cidade tenha sido a principal referência aos Xikrin para bens e serviços, vale lembrar que até cerca de uma década atrás este trânsito era muito inconstante e infrequente, os próprios serviços (Funai, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação) fazendo mais frequentemente uso da pista de pouso da aldeia do Bacajá para atender a população

da TI. É importante lembrar também, e sempre vale repetir, que nestes últimos anos os Xikrin vêm fazendo um uso cada vez mais intenso do rio tanto para o transporte de pessoas e bens como para as atividades produtivas e de sustento. Assim, a notícia de que o barramento prevê a seca – ou a vazão reduzida – da Volta Grande do Xingu, em um momento (um paradoxo, uma ironia histórica) em que eles ganhavam cada vez mais autonomia de transporte e produtiva por meio de seu novo domínio do rio, caiu como um raio.

O problema é que ela veio acompanhada de uma desinformação generalizada, que nenhum dos atores envolvidos, sejam do estado, do empreendimento, ou das várias instâncias com que lidam, inclusive pesquisadores (inclusive eu), foi capaz de sanar. As visitas com explicações e consultas eram raríssimas durante muito tempo – como disse, foi em 2009, quando visitamos as aldeias para ouvir suas percepções sobre o empreendimento e seus impactos, que muitos tiveram pela primeira vez a notícia da mudança na engenharia de Belo Monte e dos impactos, ou seja, da vazão reduzida do Xingu –, e sendo assim eles não tinham como acessar informações. Porém, quando houve um aquecimento do processo e as visitas ficaram mais frequentes, a coisa parece não ter melhorado ou, mais precisamente, parecem ter piorado consideravelmente. As informações foram ficando cada vez menos conexas e mais desconstruídas. As equipes do Plano Básico Ambiental (PBA) Componente Indígena e dos Estudos Complementares do Rio Bacajá passaram a fazer visitas mais frequentes às aldeias. Em 2011, 3 equipes viajaram 4 vezes cada uma (vazante, seca, enchente, cheia) para a realização dos Estudos (navegação e acessibilidade, qualidade da água, ictiofauna, consumo alimentar e etnoecologia), totalizando 12 visitas a 5 aldeias, que se somaram às 2 visitas da equipe do PBA – acompanhados de diversos servidores da Funai e representantes do empreendedor – a todas

as aldeias, e à do Procurador da República Dr. Felício Pontes a 2 aldeias da TI.¹⁰

Acrescente-se a isso a reestruturação da Funai, que levou novas equipes à região em uma configuração para eles desconhecida. Deixando de ser uma Administração Regional para ser uma Coordenação local, servidores foram afastados ou se aposentaram, e novos foram contratados via concurso, vindo de fora e até então desconhecidos pelos indígenas da região. Ao mesmo tempo, o plano de fortalecimento institucional da Funai, acordado com o empreendedor, levou à contratação por este de funcionários que trabalham em uma outra casa, alugada pela Norte Energia, e separada da sede histórica da Funai, e que trabalham em equipes dedicadas a rotas¹¹ – e aos cidadãos e aos índios isolados. Assim, quando a Funai aparecia nas aldeias, ela podia vir representada pelos novos funcionários concursados da sede, pela equipe contratada pelo empreendedor em nome do fortalecimento institucional da Funai, ou por representantes da Funai de Brasília. Como 2011 foi

10 Eu mesma estive em Altamira diversas vezes, acompanhei reuniões, colaborei com a supervisão antropológica dos Estudos Complementares, acompanhei os Xikrin a reuniões com as equipes do PBA, fiz uma viagem a todas as oito aldeias, em julho-agosto de 2011, e acompanhei a visita de algumas destas equipes, assim como pesquisadores ligados a projeto de pesquisa que coordeno. Assim, devo admitir que minha presença em momentos, companhias e contextos tão diversos, e apesar de todos os meus esforços de explicação da situação, tentando mesmo elaborar um quadro que diferenciava todas as instâncias envolvidas no processo de licenciamento e implantação da obra, não deve ter contribuído para que eles pudessem construir um quadro mais claro da situação... Essa dificuldade em decidir por que posição tomar, em que momentos os acompanhar, e qual o nosso papel como antropólogos que se dedicam e se relacionam com os indígenas por décadas, ou mais precisamente ao longo da vida, pude discutir mais detidamente em Cohn (2010).

11 Este é o modo como o atendimento pelos serviços públicos (Funai, saúde, educação) têm sido organizados na região, sendo as rotas definidas pelos rios: rota do Iriri, do Xingu, da Volta Grande do Xingu e do Bacajá.

marcado também pela saída do novo coordenador local, responsável pela reestruturação, e pela definição de quem assumiria o posto, a situação foi-se complicando cada vez mais e sempre muito diferente da situação em que os poucos funcionários eram conhecidos e permaneciam nos mesmos cargos e funções por anos. Engajados e militantes, com boa formação e competentes, os novos funcionários têm tido, porém, grande dificuldade em fazer reconhecer seu papel – e o novo papel atribuído ao órgão – aos Xikrin, em particular, e em várias outras situações.¹² Nesse contexto, a figura mais reconhecível a eles eram os representantes da Norte Energia Sociedade Anônima, que atuavam na compra dos bens, que os recebiam em seus escritórios e escreviam, registravam, punham no papel suas demandas, prometendo resolver as reclamações que tinham.

Assim, os Xikrin se viram perdidos entre uma enormidade de diferentes atores, que não conseguiam reconhecer em suas vinculações institucionais e em seu posicionamento frente ao empreendimento. Neste contexto em que as funções do estado e do empreendedor estavam absolutamente borradas em geral, e também no que diz respeito aos povos indígenas, os Xikrin, assim como muitas das lideranças indígenas da região, se viram sem saber a quem recorrer, reconhecendo afinal, e mais facilmente, os diversos funcionários da Norte Energia contratados para realizar

12 Se a reestruturação da Funai e seus impactos locais certamente merecem uma análise e uma reflexão, ela é especialmente dramática em uma região como a de Altamira, com diversas populações de contato muito recente, e com uma história tutelar especialmente forte, em que os chefes de postos eram extremamente presentes nas aldeias e exerciam funções como a compra das mercadorias com o recurso das aposentadorias dos velhos e seu transporte para a aldeia, por exemplo, ou a comunicação com a cidade. Esta é uma longa história que não cabe aqui, mas quero apontar ao menos a dimensão da mudança aos olhos dos Xikrin. Quero também registrar a competência e o engajamento da nova equipe, que de fato busca por em prática, nestas condições adversas, uma nova relação, menos tutelar, dos povos indígenas da região com o estado.

suas compras e os receber com suas demandas como seus novos interlocutores neste mundo tão modificado. Afinal, os programas do PBA se constituíam em nada mais nada menos do que aquilo que sempre reivindicaram ao estado, tal como boas escolas, bom atendimento à saúde, apoio a suas atividades produtivas. Eram o que esperavam receber do Estado e nunca receberam. São, também, as mesmas atividades e os mesmos serviços que conseguiram, em outros momentos e por diversas vezes, por meio de alianças com outros atores, considerados pelo estado como ilegais, mas que, a seu ver, cumpriam com sua palavra – por exemplo, os madeireiros, que já haviam, em outros momentos, mandado profissionais de saúde (com, claro, consequências dramáticas) às aldeias ou apoiado a construção de (péssimos) prédios escolares. Se as funções de estado e de empresas privadas, legalizadas ou não, sempre foram confusas a seus olhos,¹³ se, em meio ao fogo cruzado de acusações e contra-acusações de representantes do estado e da legalidade e pessoas com quem lidavam diretamente as quais atuavam na ilegalidade, mas cumpriam suas promessas (mesmo que os explorando, claramente), sempre tiveram que decidir em quem confiar e como lidar, esta situação só vem, efetivamente, a agravar um problema preexistente.

Nessa confusão de atores, instâncias, instituições, posições, interesses, recebiam informações de todos os lados. E tinham que decidir em quem acreditar, com quem negociar, de quem demandar, com quem se confrontar. E tinham que decidir se iriam contra Belo Monte ou se aceitariam sua construção em nome das compensações que poderia trazer.

Nunca se teve clareza ou consenso sobre se se deveria ser contra ou a favor de Belo Monte nas aldeias Xikrin. Primeiro, porque nunca se teve real dimensão do empreendimento e de

13 Fisher (2000) faz uma ótima análise destes processos.

seus impactos.¹⁴ Segundo, porque nunca puderam ter uma boa dimensão sobre quais seriam ou como seriam as compensações. Para uma população que sempre se sentiu esquecida, abandonada, a possibilidade de ver melhoras nos serviços e apoio a atividades produtivas parecia uma chance única. Além disso, como já lembrei, a expectativa de ver um grande afluxo de dinheiro e mercadorias em nome da indenização pelos danos, que conheciam há décadas a partir da experiência dos Xikrin do Cateté (GORDON, 2006), os fazia prever um futuro de grande conforto e afluência. Assim, os elementos que podiam arrolar para tomar a decisão eram eles mesmos confusos, incompletos, incongruentes.

Assim, caso resolvessem ser contra – o que fizeram por diversas vezes, em alguns casos somente partes de aldeias, em outros aldeias inteiras, e toda TI e para toda a população Xikrin do Bacajá quando ocuparam o canteiro de obras para paralizá-la¹⁵

14 Lembro de dois eventos que testemunhei e que me deixaram particularmente ciente da dificuldade de mostrar aos Xikrin – mesmo conhecendo Tucuruí – a dimensão da barragem e de seus impactos. Em um deles, um engenheiro apresentava a obra e dizia que ela poderia trazer oportunidades de trabalho, tal como recolher os peixes mortos pela seca do rio barrado, o que, para minha surpresa, eles (os poucos que parecem ter entendido o português rápido e técnico em que isso era dito) acharam uma atividade que poderiam assumir; e um segundo, em que movimentos sociais contrários à barragem apresentavam imagens de outras barragens e de suas consequências, nas quais, em duas ou três imagens, puderam ver uma enormidade de peixes mortos, e se indignaram. Dois momentos, em que slides foram mostrados, ou seja, imagens fotográficas, na mesma mídia, mas por diferentes atores, momentos que parecem não ter sido conectados e gerado um posicionamento mais concreto dos Xikrin, como seria claramente a intenção.

15 O processo de licenciamento foi acompanhado de um grande faccionalismo. Uma aldeia na década de 1980, duas na de 1990, eram quatro em 2009, cinco em 2010, e são oito atualmente. Além disso, a comunicação, por rádio, é especialmente deficiente, e a comunicação em si, em uma população assim fracionada, é dificultada pela dificuldade em se estabelecer autoridades e porta-vozes. A situação, enfim, não era favorável ao estabelecimento de consensos...

–, tinham que decidir como combater o empreendimento. Duas questões se colocam: como e com quem. O *como* se desdobra em duas opções – se em mobilizações pacíficas, como foi a que conheceram em Altamira em 1989, a qual muitos sonhavam em poder repetir; ou em confrontos bélicos. O *com quem* se desdobra em mais opções – se sozinhos, apenas os Xikrin; se contando com a aliança dos demais povos indígenas da região; se contando com o apoio de movimentos sociais locais ou as ONGs locais, nacionais ou internacionais, que prometiam trazer indígenas de outras regiões, como os Kayapó de Raoni e os povos do Parque Indígena do Xingu. As perguntas eram tantas, as aldeias em tal número, as posições tão divergentes, que as lideranças se viam com pouca margem de manobra. O que sabiam era que não confiavam mais nem no apoio dos povos indígenas de outras regiões,¹⁶ nem no apoio das ONGs, que de seu ponto de vista não os apoiavam na concretização de seus próprios planos e estratégias, impondo-lhes outros modos de organizar, agendas e pautas. Assim, oscilando entre agir sozinhos ou com os demais povos da região, acabaram por se aliar a estes na manifestação pacífica da ocupação do canteiro de obras.

Porém, esta revela outra contradição – porque, para muitos, essa ocupação tinha como motivação a garantia dos direitos; para outros, esta deveria ser a manifestação final para por fim a qualquer possibilidade de continuidade das obras. Linda reunião de povos

16 Primeiro, localmente, se viram com a acusação de violência ao engenheiro em mobilização para a qual nem haviam sido convidados; depois, mais recentemente, com as acusações de que indígenas haviam depredado o escritório da Norte Energia. Assim, queriam poder manter o controle de sua mobilização, e não confiavam nestas possibilidades. Quanto mais os movimentos se aproximavam com esta proposta, que, obviamente, engrossaria a mobilização e lhe daria mais cobertura midiática, que efetivamente pouco tiveram em sua mobilização mais local, menos confiavam em seu apoio.

historicamente inimigos – quem esteve presente jamais esquecerá a dança conjunta dos velhos Xikrin e Parakanã, dançando ora músicas Xikrin, ora músicas Parakanã –, ela sofria deste mesmo mal: como conciliar interesses divergentes de povos inimigos? Outra questão, que deverá ser mais bem analisada, se coloca atualmente na região, e estava presente na ocupação de modo dramático: como conciliar as lógicas de negociação e as avaliações de alianças e inimizade de povos que mantêm fortemente suas próprias lógicas, como são os Xikrin, e povos indígenas que, se dizendo, aliás, melhores entendedores da situação, compreendem melhor o português e a lógica do estado e do processo de licenciamento? A desconfiança mútua – uns seriam índios demais, no sentido de não entender a situação, outros índios de menos, porque efetivamente não entenderiam as lógicas indígenas – não os ajudou a conciliar interesses e estratégias. A ocupação facilmente ruiu por dentro, e a atuação tanto da Norte Energia quanto do Consórcio Construtor de Belo Monte, acirrando os desentendimentos em constantes visitas de seus funcionários à ocupação, levou mais facilmente a essa ruína, culminando na aceitação da negociação em separado com o empreendedor.

Enfim: cansados de ver a obra avançando rapidamente e já sofrendo graves consequências nas aldeias e Terras Indígenas sem verem os projetos que lhes foram prometidos iniciarem, em manifestação contra o fato de que não haviam sido ouvidos e consultados, indignados com a demora em se aprovar o PBA tanto quanto com o fato de que não se sentiam devidamente parte de seu planejamento, reuniram-se no canteiro paralisando as obras para exigir o início imediato das compensações e das obras nas aldeias e a submissão do PBA à sua aprovação. Durante algum tempo, diziam que não acreditariam apenas em palavras, nem mesmo em documentos, afinal já haviam visto documentos demais sem que seus direitos fossem respeitados. Desde a

primeira reunião, ouviam o pedido de um “voto de confiança”, que não só não aceitavam como diziam que não seria apenas um acordo no papel e uma promessa que os fariam desocupar a obra, mas apenas o início das obras de melhoria nas aldeias. Em uma segunda reunião, acataram o pedido de um voto de confiança do presidente da Norte Energia e desocuparam os canteiros, na esperança de que enfim seus direitos – a compensação e a mitigação dos impactos – fossem respeitados.

4. AS RAZÕES DAS DÚVIDAS

Os Xikrin são reconhecidamente um povo guerreiro. Por muito tempo, suas relações com os demais povos indígenas da região e com os seringueiros que com eles dividiam aqueles matos eram guerreiras. A guerra era para eles não um modo de conquistar terras ou bens, nem de escravizar, como não o são as guerras indígenas (FAUSTO, 1999); tinham grande produtividade não só na aquisição de bens como de cantos, pessoas, sementes – de bens materiais e imateriais. De fato, era a guerra seu grande mecanismo de vigor de seu modo de vida. Porém, o contato determinou o fim das guerras. Assim, desde meados do século XX, os Xikrin deixaram de fazer a guerra, depositaram suas armas, deixaram de perambular pela mata onde vinham construindo diversas aldeias, e escolheram viver em paz ao lado dos brancos – na aldeia que para eles estes construíram, a atual aldeia do Bacajá, em uma antiga localidade de seringueiros chamada Flor do Caucho – e com os demais indígenas da região.¹⁷

Se por anos pensei este momento, que não testemunhei e sobre o qual só ouvi falar por eles,¹⁸ como um armistício,

17 Para esta história e análises de suas razões e consequências, veja-se Fisher (2000) e Cohn (2006).

18 Registrei e comentei algumas destas histórias em Cohn (2006).

acompanhando o drama trazido por Belo Monte, passei a pensar se não se deveria qualificar mais propriamente estes momentos como de rendição. Com isso, claro, não quero negar o protagonismo indígena, o fato de que eles são sujeitos de sua própria história, etc. Estou pensando mais propriamente em uma rendição em guerra, como nas guerras internacionais, que têm por efeito a perda da autonomia decisória de uma nação a outra, que a ocupa. Os Xikrin certamente não tinham, na época em que tomaram essa decisão, a dimensão dos acontecimentos futuros – acreditavam, acho, poder viver com os brancos sem se tornar um deles e podendo contar com a pacificação de um mundo que havia se tornado por demais violento. No entanto, não podendo fazer guerra, os Xikrin parecem não ter mais mecanismos de confronto. O caso Belo Monte nos mostra isso, quando estes guerreiros que não podem mais verter sangue não mais sabem como exercer sua autonomia e negociar em pé de igualdade com um estado que não lhe quer ouvir.

Mais do que isso, o Plano Emergencial teve um efeito que provavelmente não era previsto, mas que certamente se revelou muito favorável ao empreendedor. Recebendo os bens relativos à lista de compras mensais, os Xikrin passaram a se sentir em débito, ou como parte de uma relação de reciprocidade pela qual não poderiam se levantar contra o empreendimento. Para eles, esta só teria sido uma possibilidade se eles nunca tivessem aceitado os bens desta lista. Sua visão é a mais classicamente maussiana: se receberam os bens, é porque o aceitaram, estando assim em débito em uma relação de reciprocidade. Era, de fato, uma questão de honra, e de palavra – ou de honrar a palavra. Assim, criticavam os demais indígenas que se manifestavam contrários à obra e recebiam os bens, fazendo mesmo extensas listas. Para eles, era como uma incongruência, e uma falta de ética.

5. A HISTÓRIA QUE SE CRIA

Hoje, o PBA está aprovado, e os programas deverão ser iniciados; a equipe da Funai local se estabilizou e é reconhecida e apreciada pelos Xikrin; o “voto de confiança”¹⁹ foi dado ao empreendedor, e esperam o cumprimento das promessas de melhorias nas aldeias; a obra retomou seu ritmo. Porém, a batalha não está ganha. Não só porque não se têm garantias ainda de que os impactos serão efetivamente mitigados e compensados, mas porque as dúvidas e as incertezas permanecem com os Xikrin, que temem pelo futuro e sofrem no presente com a percepção de que se tem de reinventar para enfrentar desafios dessa dimensão.

Ainda está por se ver quem está com a razão – os especialistas em hidrologia ou os especialistas Xikrin, que, como dizem, conhecem este rio desde que nasceram e seus fluxos, sua vida, sua dinâmica, do que necessita para correr saudável e pacificamente. Assim também, ainda estamos acompanhando os Xikrin neste novo momento, em que experimentam novas alianças e novos modos de lutar.

Termino com uma conversa que foi um de meus muitos aprendizados com os Xikrin. Era 2010, o leilão acabara de ocorrer. Um velho me disse que não poderia lutar contra Belo Monte porque iria morrer. Condoída, expliquei-lhe que hoje em dia vivíamos em um estado de direito, que ninguém mais corria risco de morte por

¹⁹ Como vimos, foi esta a expressão utilizada pelo então presidente da Norte Energia Sociedade Anônima, que pediu que os indígenas acreditassem em sua palavra de que as condicionantes seriam cumpridas para se retirarem do canteiro de obras, permitindo assim que a construção da barragem fosse retomada. Os Xikrin me diziam que não sairiam do canteiro com mais um documento ou papel, nos quais não acreditavam mais. Mas a palavra dada vale outra coisa, e muito mais para os Xikrin... Pena que, mais uma vez, como sabemos, esta palavra não será (como já não está sendo) cumprida.

se levantar contra um projeto do governo, imaginando que ele se remetia aos tempos e riscos da ditadura militar que já havia planejado projetos de aproveitamento hídrico na região. Não, me disse. Não era este seu medo. Ele já estava cansado de lutar. Já vinha lutando fazia 30 anos, já tinha adquirido cabelos brancos, e nunca se deixava de ameaçá-los com lhes retirar seu rio. Assim, se fosse para continuar lutando, teria que ir até o fim. E assim, quando o primeiro trabalhador fincasse a primeira picareta para fazer a barragem, ele se veria na obrigação de matá-lo. E aí iria morrer, aí sim iria ser morto. Questão de honra. Questão de palavra.

Que aprendamos logo a ouvir os povos indígenas da região, a respeitar seus direitos – o que lhes devemos desde que os retiramos do mato com a promessa de uma vida mais segura e pacífica –, e que aprendamos a criar, com eles, novos mecanismos de diálogo e negociação, respeitosa e lícita. Porque este é um povo guerreiro que não desistiu de lutar, tentando, a todo custo, respeitar o acordo que fizeram conosco, de não verter mais sangue, na expectativa de que cumpramos a nossa parte: respeitá-los em sua autonomia e no modo como querem criar seus filhos em suas terras, com o rio correndo e lhes dando água boa para banhar, beber e pescar.

REFERÊNCIAS

COHN, Clarice. *Os Mebengokré e seus Outros: Relações de Diferença no Brasil Central*. Tese (Doutorado em Antropologia)–Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: as percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS–UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, jul.–dez. 2010. p. 224–251. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/raufscar/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

FAUSTO, CARLOS. Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Aduino (Org.). *A Outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FISHER, WILLIAM H. *Rain Forest Exchanges: Industry and Community on an Amazonian Frontier*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2000.

GORDON, Cesar. *Economia Selvagem: Ritual e Mercadoria entre os Índios Xikrin–Mebêngôkre*. São Paulo: UNESP–ISA–NuTI, 2006.

TURNER, Terence. Baridjumoko em Altamira. In: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.

OS ARARA DO LARANJAL: UMA VISÃO A PARTIR DO IRIRI, DO OUTRO LADO DA BARRAGEM

Eduardo Henrique Capeli Belezini¹

“É para agradar Arara que branco tá mandando presente”. Foi esta a afirmação que me intrigou quando cheguei pela primeira vez na aldeia Arara Laranjal, enquanto via caixas e mais caixas sendo abertas e seus conteúdos distribuídos para toda a comunidade. Havia de tudo nas caixas: comida, artigos para caça e pesca, ferramentas para o trabalho na roça, panelas, toalhas, mosquiteiros, redes de dormir. O cenário depois da distribuição era de embalagens rasgadas e largadas em todo o redor, mães dando bolachas para as crianças, e troca de olhares desconfiados entre os grupos distintos de mulheres que ficavam na frente da farmácia, local onde foram distribuídos os presentes da Norte Energia. Este foi o estranho cenário com que me deparei na minha primeira semana de campo, em 2010.

As caixas vinham da Norte Energia S.A., pelo Plano Emergencial acordado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) tendo em vista os impactos já sentidos na região e o fato de que os programas de

¹ Pesquisador do Observatório da Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o financiamento para a pesquisa de campo que tem por objeto a educação escolar na aldeia do Laranjal, cujas estadias em campo me permitiram fazer estas reflexões.